



Relatório e Contas 2016 CARRISBUS, S.A.

CarrisBus, S.A.

Pessoa coletiva n° 503852864

Capital Social realizado: 74960 €

Conservatória do registo Comercial de Lisboa, n° 6052

Sede Av. Dr. Augusto de Castro

Complexo de Cabo Ruivo

1950-082 Lisboa

ÍNDICE

	Pág.
ÓRGÃOS SOCIAIS	2
ORGANOGRAMA DA EMPRESA	3
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	4
1 - NOTA INTRODUTÓRIA	4
2 - ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	5
2.1 – Serviços Prestados	5
2.2 – Recursos Humanos	16
2.3 – Área Administrativa, e Logística	21
2.4 – Investimentos	22
2.5 – Análise Económica e Financeira	22
3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
3.1 – Perspetivas futuras	27
3.2 – Notas finais	27
4 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	28
5 - BALANÇO	29
6 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	31
7 - DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	34
8 – DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	36
9 - ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	39
10 – CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	61
11 - GRELHA DAS PRÁTICAS DE BOA GOVERNAÇÃO SOCIETÁRIA	71
12 - QUADRO SÍNTESE	74
13 - CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	75
14 - RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	76

ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente:

Dr. Manuel Antunes Vicente

Secretária:

Dr.^a Elisa Cristina Teixeira Cardoso

Conselho de Administração

Presidente:

Eng.º Tiago Alexandre Abranches Teixeira Lopes Farias

Vogais:

Dr. José Realinho de Matos

Dr. António Manuel Domingues Pires

Fiscal Único

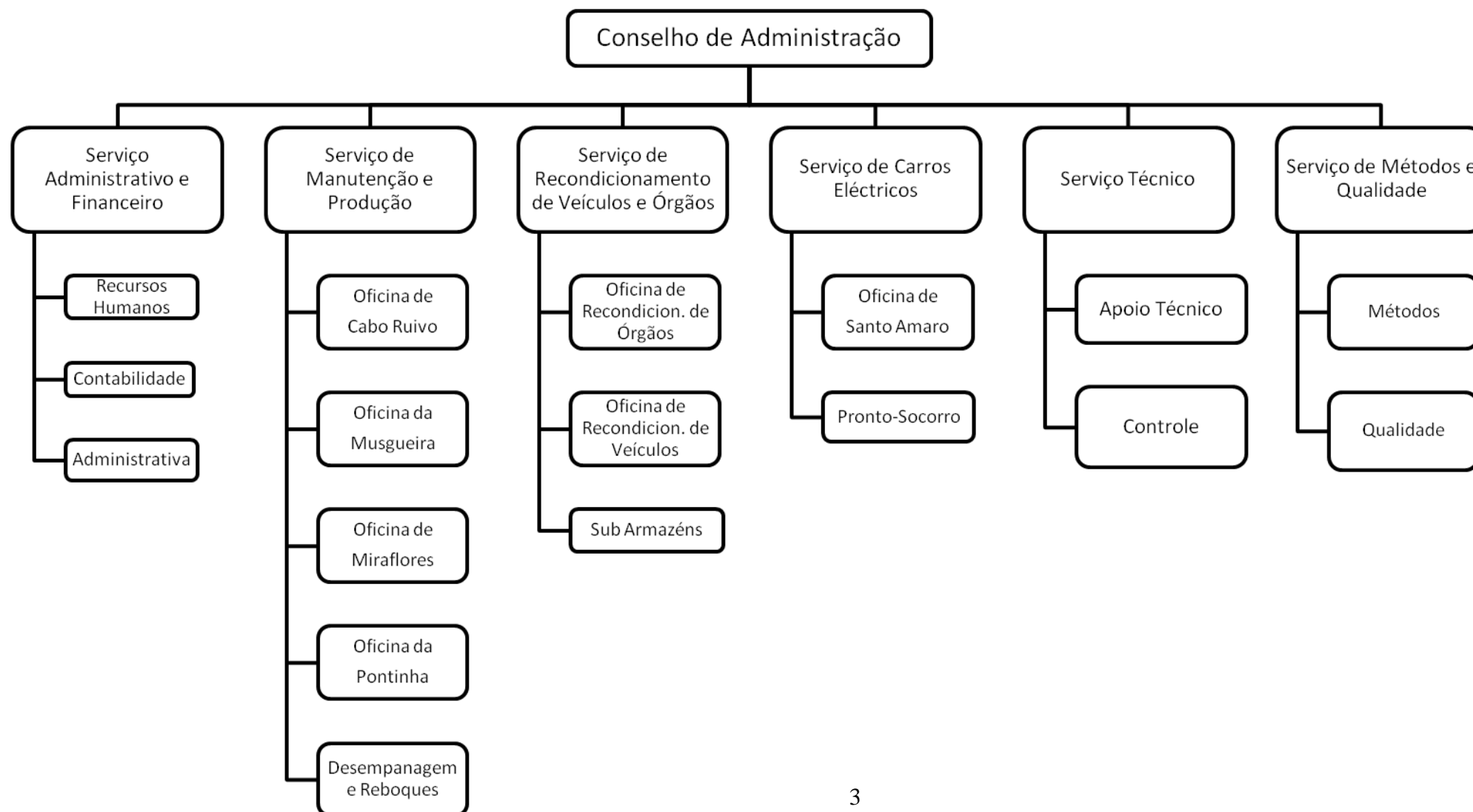
João Cipriano & Associados, SROC, Lda

Representado por:

Dr. João Amaro Santos Cipriano

ROC nº 631

ORGANOGRAMA DA EMPRESA



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A CARRISBUS, S.A. foi constituída em 20 de Abril de 2005, no quadro de decisão estratégica do Conselho de Administração da Carris, S.A., de externalizar os serviços de manutenção e reparação de autocarros, iniciada com terceiros, o que antecedeu a criação de empresa participada da especialidade, internalizando ao Grupo, parte da atividade, na forma contratualizada.

O capital social é de € 74.960, está representado por 74.960 ações, de valor nominal de 1€ cada e pertencentes totalmente à Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda., com exceção de 4 ações ainda não adquiridas pela Carristur, Lda. e que se mantêm registadas como ações próprias.

O exercício de 2016 está em sintonia com o previsto no Plano de Atividades e Orçamento, evidenciando alguns ajustamentos ao nível dos indicadores financeiros e de desempenho, sendo o reflexo do desafio assumido, no sentido de garantir os níveis de eficácia e de procura da melhoria de qualidade dos serviços prestados, repercutindo todavia o envelhecimento da frota de autocarros e elétricos, parte da qual na segunda metade do ciclo de vida, afetado pelo grau de sofisticação de alguns sistemas, sendo que alguns autocarros ultrapassaram os limites comumente definidos, com idades entre os 18 e 20 anos.

Em 31.12.2016 a percentagem de colaboradores dos quadros da empresa correspondia a cerca de 50% do total, sendo os restantes cedidos pela casa mãe, Carris.

A empresa continua a afirmar-se nesta atividade, criando bases sólidas que permitam fazer face aos grandes desafios do futuro.

2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.1 SERVIÇOS PRESTADOS

2.1.1 Serviço de Manutenção e Produção (autocarros)

O Exercício de 2016 refletiu, fundamentalmente, a atividade resultante dos contratos celebrados com a Carris, S.A. e da assistência à frota da Carristur, Lda..

2.1.1.1 Contratos com a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.

Os contratos que na data de 31-12-2016 estavam em vigor com a Carris, S.A, corresponderam à prestação de serviços de manutenção e de reparação em 452 autocarros, dos 600 que compõem a frota de Serviço Público da Carris, SA, acrescidos de 3 autocarros de Serviços Especiais, referentes aos seguintes segmentos de frota:

2	Autocarros-Mini Iveco 65C18SG
1	Autocarro-Mini Mercedes Benz 412 D Sprinter
33	Autocarros-Mini Mercedes Benz 616 D Sprinter
20	Autocarros-Médios Man 14.240
20	Autocarros-Standard Man 18.310 GNC
100	Autocarros-Standard Man 18.280
66	Autocarros-Standard Mercedes Benz OC 500 LE
20	Autocarros-Standard Volvo B10 L GNC
34	Autocarros-Standard Volvo B7L
29	Autocarros-Standard Volvo B7R
40	Autocarros-Standard Volvo B7R Mk3
50	Autocarros-Articulados Mercedes Benz Citaro G
40	Autocarros-Articulados Volvo B10M

455

Durante o ano de 2016, os segmentos da frota assistidos pela CarrisBus S.A asseguraram 73,7 % da quilometragem de Serviço Público da Carris, S.A.

Ao abrigo daqueles contratos, a CarrisBus S.A. efetuou as ações de manutenção (preventiva, preditiva, curativa e corretiva) e de reparação que se justificavam, abrangendo sistemas, órgãos e carroçarias, com a finalidade de manter os autocarros em boas condições de funcionamento e de segurança e de preservar a imagem e comodidade do transporte público.

No âmbito destes contratos, encontravam-se incluídas também as intervenções de manutenção e de reparação aos sistemas de ar condicionado dos autocarros, dos indicadores eletrónicos de destino, bem como da preparação para aprovação nas inspeções técnicas periódicas.

Para além destas intervenções, a CarrisBus, S.A., efetuou a reparação de danos decorrentes de atos de vandalismo, acidentes/abalroamentos, quando solicitados pela Carris, S.A e perante orçamento previamente acordado, bem como outras intervenções pretendidas pela Carris, S.A., enquadradas nas competências da CarrisBus, S.A..

Ao abrigo de contratos específicos, durante o ano de 2016, foi garantida a manutenção dos primeiros níveis de equipamentos dos Sistemas Embarcados (Bilhética, Videovigilância e Gertrude).

Em 31.12.2016, a distribuição pelas oficinas do SMP dos autocarros e outros veículos mantidos, bem como do pessoal integrante das equipas de manutenção, foi a seguinte:

	CARRIS		CARRISTUR	Frota Total	PESSOAL			Pessoal Total
	Autocarros Serviço Público	Veículos Especiais	Frota de Lisboa		Turno dia	Turno noite	Pronto Socorro	
Oficina de Cabo Ruivo	40	0	76	116	15	4	0	19
Oficina da Musgueira	188	3	0	191	26	9	0	35
Oficina de Miraflores	77	0	0	77	17	5	0	22
Oficina da Pontinha	147	0	0	147	18	8	6	32
Total	452	3	76	531	76	26	6	108

2.1.1.2 Atividade para a Carristur, Lda.

A Carrisbus, S.A. prestou assistência à globalidade da frota da Carristur, Lda. estacionada em Lisboa, a qual em 31-12-2016 era composta pelos seguintes veículos:

1	Autocarro Iveco Eurorider
1	Autocarro Man 13.220
3	Autocarro Man A14
3	Autocarro Mercedes Benz 906
36	Autocarro Mercedes Benz O530 Citaro
3	Autocarro Mercedes Benz O 405
4	Autocarro Mercedes Benz Sprinter
16	Autocarro Volvo B7R LE
2	Autocarro Volvo B8R LE
5	Autocarro Volvo B 9R

76

Ao longo do ano de 2016, esta frota percorreu cerca de $1,8 \times 10^6$ quilómetros.

2.1.1.3 Atividade de Desempanagem e Reboques

Durante o ano de 2016 foi garantida a atividade de Assistência na Rua compreendendo a desempanagem, a substituição de rodas na via pública e o serviço de reboques, ao abrigo de um contrato específico.

A desempanagem abrangeu a totalidade da frota de autocarros da Carris, S.A e da Carristur, Lda e algumas viaturas pesadas da frota de apoio da Carris, S.A., tendo sido garantida por equipas volantes no período 6:00 – 23:00 dos dias úteis ou, fora destes, por chamada para a Oficina. No referente aos reboques, para além da abrangência indicada para a desempanagem, acresceram os carros elétricos.

Com exclusão dos serviços avançados, sob os quais foram efetuadas 5648 intervenções de desempanagem representando um decréscimo de 7,3% em relação a 2015, no ano de 2016 a atividade com a frota da Carris S.A. foi a seguinte:

Relatório e Contas de 2016

- 924 Desempanagens – acréscimo de 11,0% relativamente a 2015;
- 12 Substituições de rodas na via pública – decréscimo de 45,4% face a 2015;
- 381 Reboques – acréscimo de 4,1% relativamente a 2015, sendo que 91% daquele total foi efetuado em *outsourcing*.

Do mesmo modo, para a frota da Carristur, Lda:

- 43 Desempanagens;
- 25 Reboques.

2.1.2 Serviço de Recondicionamento de Veículos e Órgãos

As oficinas do Serviço de Recondicionamento de Veículos e Órgãos (SRVO) têm a seu cargo a execução dos níveis mais elevados de manutenção a veículos – autocarros (maioritariamente) e carros elétricos – seus órgãos e componentes.

Dos trabalhos efetuados destacam-se:

- Recondicionamento de veículos – intervenções de carroçarias, chassis, instalações elétricas e eletrónicas:
 - ✓ Reparações Intercalares – realizadas aproximadamente a meio da vida útil do veículo, permitem corrigir os danos na carroçaria (estruturais e de chapeamento) e seus componentes, restituindo um bom estado de apresentação;
 - ✓ Reparações Paliativas – intervenções destinadas a prolongar a vida útil das carroçarias, procurando-se custos reduzidos;
 - ✓ Reparação de avarias de carroçarias e de chassis (estruturais e outras);
 - ✓ Reparação de danos resultantes de acidentes, incluindo desempenho de chassis;
 - ✓ Adaptação de veículos
- Recondicionamento de órgãos mecânicos – Reparações gerais de motores térmicos, caixas de velocidades, diferenciais, eixos e pontes traseiras, órgãos hidráulicos e pneumáticos, bombas injetoras, compressores, turbocompressores e outros órgãos dos sistemas de transmissão, direção e travões de autocarros.
- Recondicionamento de órgãos e componentes elétricos e eletrónicos – designadamente motores de arranque, alternadores, indicadores de destino,

Relatório e Contas de 2016

tacógrafos, comandos eletrónicos diversos, módulos de chassis e de carroçarias, painéis de instrumentos, rampas PMR e emissores “Gertrude”.

- Recuperação de componentes mecânicos.
- Teste de funcionamento de órgãos.

Principais intervenções em recondicionamento de veículos e órgãos efetuadas:

1 – Reparação / Intervenções em Veículos:

Reparação soalho e pintura a autocarros Volvo B10L	13
Reparação de abalroamentos de autocarros	4
Reparações de avarias de carroçarias e de chassis de autocarros	14
Adaptação de autocarros para “bikebus” (TCB)	3
Desmontagem e montagem de motores em autocarros	11

2 – Recondicionamento / Intervenções em Órgãos:

Motores de autocarros	19
Caixas de velocidades	73
Diferenciais	23
Bombas injetoras	17
Alternadores	258
Motores de Arranque	163
Tacógrafos	166
Compressores	114
Compressores de ar condicionado	18
Reparação de sistema Gertrude em autocarros	43
Pantógrafos de carros elétricos	2
Reparação de rampas PMR	147

3 – Fabrico de peças para via férrea:

Travessas em viga de aço para assentamento de carril	4100
Grampos em chapa de aço para fixação de carril Caixas de velocidades	7900

4 – Reparação de componentes estofados:

Reparação de cadeiras de Motorista completas	24
Reparação de almofadas e encostos de passageiros e de cadeira de Motorista	1971

5 – Outros trabalhos:

Pintura de escultura de A. Calder, para Museu Colecção Berardo

1

2.1.3 Serviços de Carros Elétricos

O Serviço de Carros Elétricos é responsável pela prestação de serviços de manutenção e reparação à frota de elétricos da Carris, bem como pela fiscalização da manutenção do Elevador de Santa Justa e dos Ascensores da Glória, Bica e Lavra, que está neste momento subcontratada pela Carris.

Os contratos em vigor com a Carris, S.A., à data de 31 de Dezembro de 2016, correspondem à prestação de serviços de manutenção e reparação em 64 Carros Elétricos, para além de 3 zorras, referentes aos seguintes segmentos:

Quant.	Segmento / Designação
10	Carros Elétricos Articulados – Metros Ligeiros (CEA/ML) – Serviço Público
38	Carros Elétricos Remodelados (CER) – Serviço Público
7	Carros Elétricos de Turismo (CET)
7	Carros Elétricos Históricos – Série 700
2	Carros Elétricos de Museu
3	Zorras
67	

A Carrisbus efetuou ao abrigo destes contratos as correspondente ações de manutenção e reparação (preventiva, preditiva, curativa e corretiva), a fim de preservar a imagem e comodidade do transporte público e, sobretudo, assegurando os veículos em boas condições de funcionamento e de segurança.

Além das atividades acima descritas, procedeu-se também, quer através de meios internos, quer por via de subcontratação, a reparações de danos decorrentes de atos de vandalismo e acidentes/abalroamentos, quando solicitados pela Carris e perante orçamento previamente acordado.

Foram ainda realizados outros trabalhos, a pedido da Carris, como fiscalização e controlo da beneficiação das carroçarias dos carros elétricos remodelados, fiscalização e controlo da reparação intercalar do ascensor da Glória, apoio no projeto de remodelação das máquinas de vendas de bilhetes, acompanhamento na substituição de motores de acionamento de compressores CC por motores AC acionados com conversores CC/AC, entre outros.

Ao abrigo de contratos específicos, durante o ano de 2016, foi garantida ainda a manutenção dos primeiros níveis de equipamentos embarcados nos veículos (incluindo sistemas de Bilhética, Máquinas de Vendas de Bilhetes, Videovigilância, etc.) e o serviço de Desempanagem, que compreende a assistência de rua aos Carros Elétricos da Carris.

Para a concretização dos trabalhos mencionados, os Serviços de Carros Elétricos contaram (31.Dez.2016) com um efetivo de 25 elementos, sendo que, destes 11 admitidos durante o ano de 2016. As admissões efetuadas tiveram como objetivo colmatar as necessidades de colaboradores diretos oficiais indispensáveis ao cumprimento das obrigações assumidas e contratualmente adjudicadas, nomeadamente ao nível das atividades de manutenção preventiva e curativa dos veículos.

2.1.4 Serviço Técnico

Ao Serviço Técnico coube a elaboração de análises técnicas e técnico-económicas por forma a disponibilizar informações fulcrais para o aperfeiçoamento da Gestão da Carrisbus (Medir para Controlar, Controlar para Gerir). Para este fim, desenvolveram-se regularmente melhorias nos procedimentos e novas aplicações.

No exercício de 2016 foram realizados periodicamente, entre outros, os seguintes trabalhos:

- Análise de avarias com base nos sistemas SIIM e SAP e correlação com as principais ações efetuadas em cada segmento – (identificação dos “pontos fracos”, melhorias a implementar).
- Apuramento de receitas e custos associados a cada segmento – quer por tipo de atividade quer a repartição material/mão-de-obra.
- Monitorização e identificação do consumo de materiais internos e de fornecimentos e serviços externos.
- Cálculo dos Indicadores de Fiabilidade e apuramento dos Prémios e Penalidades de acordo com os objetivos contratualizados.
- Fornecimento de dados necessários para elaboração da faturação mensal e justificação dos desvios orçamentais.

Paralelamente, foi prestada colaboração aos vários Serviços na elaboração do orçamento da empresa para 2017 e preparadas as fundamentações para novas propostas e renegociações de contratos.

Em 2016 foram desenvolvidas, em conjunto com a área da Informática da Carris:

- . SAP - uma serie de novas funcionalidades - relatórios e pesquisas – referentes ao Consumo específico dos veículos, Imobilizações, quilómetros percorridos e Manutenção Preventiva
- . Portal Carrisbus – foi necessário migrar a maioria dos formulários para um novo sistema. Aproveitou-se o redesenho para introdução de várias melhorias.

Foram criadas novas funcionalidades, nomeadamente a Gestão das avarias dos sistemas de Ar Condicionado e Rampas PMR e um “motor de pesquisa” para os materiais com artigo de armazém, que permite várias classificações, observações e associação de imagens.

2.1.5 Serviço de Métodos e Qualidade

Este Serviço, criado no início de 2014, resultou de ajustamentos organizacionais na CARRIS, transferindo desta as funções da anterior Área da Engenharia da Manutenção, ligada aos processos da especificação técnica dos veículos, definição dos cadernos de encargos para a sua aquisição, controlo da qualidade e acompanhamento da definição e fabrico, sua receção e posterior gestão e controlo das garantias, assim como ligada aos métodos de manutenção e avaliação técnica de ocorrências, ajustamentos ou alteração nos procedimentos, na interligação com a prestação de serviços de manutenção, com incidência significativa e maioritária no que se aplica à relação com os veículos da CARRIS.

Foram exercidas as funções no âmbito geral do definido no Manual de Organização Funcional de Carrisbus, ligadas a questões de estudos e apoio técnico, no âmbito dos autocarros e dos carros elétricos, elevador e ascensores, assim como à definição de especificações de peças e componentes, verificação da qualidade de alguns materiais, peças e componentes, em articulação e apoio à Direção de Logística da CARRIS (onde se insere a função aprovisionamento da CARRISBUS).

Garantiram-se as funções no âmbito da gestão das garantias dos veículos e dos seus principais órgãos, em conjugação com a Área de Manutenção. Neste aspeto foram igualmente desenvolvidas ações e estudos, quer para a definição de soluções técnicas, quer para a sua implementação, em conjugação com os fabricantes dos veículos ou órgãos, para a resolução de anomalias.

No âmbito da análise de anomalias e avarias, para além das acções habituais de apoio técnico às oficinas, quer na definição e ajuste de procedimentos ou especificações para componentes, quer na elaboração de notas técnicas para apoio às ações de manutenção, com os inerentes ajustes nos planos de manutenção e outras situações, foram mantidos contactos permanentes com os representantes dos fabricantes dos veículos e dos órgãos, para os segmentos de frota de autocarros.

Em consonância com as funções atribuídas a este serviço, no âmbito dos autocarros, procedeu-se:

- Continuação do desenvolvimento e acompanhamento, dentro das limitações de recursos humanos existente, da análise e experiências de alguns materiais complementares ao material original, para autocarros, como por exemplo pastilhas e discos de travão, foles pneumáticos da suspensão, ensaios com programações diferenciadas do módulo das caixas de velocidades, na tentativa de melhorar os índices de consumo específico de combustível, assim como na implementação da substituição do óleo de algumas caixas de velocidades, por outro de especificação superior;
- Continuação do apoio ao Carroçador, na definição, desenvolvimento e implementação das alterações introduzidas nas portas de segurança do compartimento do motorista, no âmbito das reclamações em garantia dos autocarros Volvo B7R MK3 e MAN GNC, com vista ao aumento da sua fiabilidade, assim como no acompanhamento das reparações em curso;
- Planeamento das inspeções de manutenção preventiva sistemática dos autocarros da frota da Carris e da Carristur, assim como a gestão do módulo SAP/PM, com os ajustes e registos inerentes, sempre que foram necessários;
- Gestão, controlo e registo dos diferentes órgãos rotáveis;
- Continuação do controlo da implementação progressiva da substituição do óleo, em algumas caixas de velocidades, por outro de especificação superior, com ajustes no período de manutenção preventiva sistemática, permitindo uma redução global dos custos envolvidos na sua manutenção;
- Estudo, acompanhamento e coordenação dos ensaios das caixas de velocidades Voith, em dois autocarros Volvo B7R MK3, equipadas com sistema “Sensotop” e com programações diferenciadas do módulo de comando, tendo-se obtido uma diminuição no consumo específico dos veículos em ensaio. Considerando estes valores de economia, assim como também a informação complementar recebida do fabricante das

Relatório e Contas de 2016

caixas de velocidades, quanto à estimativa dos custos envolvidos na sua implementação a todos os veículos deste segmento, a mesma poderá ser considerada vantajosa. No entanto, face a queixas dos motoristas, quanto ao comportamento das viaturas com este sistema, o tempo de experiência foi alargado, solicitando o apoio do representante do fabricante, no sentido de se tentar otimizar este desempenho, mantendo a ordem da economia de combustível;

- Continuação do acompanhamento e otimização do sistema de controlo dos gases de escape (autocarros Volvo B10M – pré Euro3), sistema “ZER” (zona de emissões reduzidas);

- Continuação do acompanhamento, desenvolvimento e instalação do sistema, de carácter experimental “Controlo anti-fraude” (Outmind), em quatro autocarros e estudo para instalação em Carros Elétricos Históricos;

- Continuação do apoio na alienação de autocarros mais antigos, retirados do serviço público e destinados a abate, para empresas congéneres, bem como nas ações subjacentes, nesse âmbito;

- Apoio técnico global às diferentes áreas da empresa no âmbito do material circulante;

- Definição das especificações técnicas e da consulta para a reparação geral de 32 autocarros (20 de tipologia “mini” e 12 de tipologia “standard”), a serem executadas por reparadores externos, análise das propostas recebidas para a reparação, proposta e apoio na adjudicação, definição de pormenores e especificação de materiais na fábrica, assim como o posterior acompanhamento e controlo das reparações e inspeção de receção, situação que decorrerá até final de 2017;

- Enquadrado no plano de aquisição de frota, deu-se início à preparação do processo e documentação inerente à aquisição de novas viaturas de várias tipologias, em 2017 e anos seguintes, de propulsão a gás natural comprimido e diesel (Cadernos de Encargos e Programas de Concurso), com a definição das especificações técnicas, operacionais e outras, com o contributo das áreas de operação, manutenção e logística, processo ainda em curso.

No âmbito dos carros elétricos e elevadores, continuação do acompanhamento e apoio técnico, nomeadamente:

- Finalização da aplicação, nos Carros Elétricos Históricos (remodelados), de motores de corrente alterna, em substituição dos velhos motores de corrente contínua, para

Relatório e Contas de 2016

acionamento dos compressores pneumáticos, bem como dos respetivos conversores de corrente contínua para corrente alterna;

- Conclusão da aplicação de um sistema de proteções, contra as entradas de água, nas janelas de ventilação dos motores de tração dos Carros Elétricos Históricos;
- Conclusão do desenvolvimento e monitorização do protótipo, de um sistema de areeiros, para os Carros Elétricos Articulados, alternativo ao original, que, desde sempre, tem apresentado um índice de operacionalidade muito baixo. Para além do protótipo, instalado à experiência apenas numa roda do eixo dianteiro do bogie motor, que apresentou um nível de funcionalidade e desempenho aceitável, foi estendida a aplicação do segundo conjunto na roda oposta do mesmo eixo. Considerando sua funcionalidade aceitável para o desempenho pretendido, foi proposta a sua implementação nos restantes veículos, a efetuar pela Área de Manutenção dos Carros Elétricos;
- Continuação do acompanhamento da experiência com compressor pneumático alternativo;
- Definição e dimensionamento dos reforços para o sistema de fixação/amarração dos cabos de suspensão do contra-peso, aplicados nas travessas superiores das cabinas do Elevador de Santa Justa, em correção do risco registado no relatório de segurança, elaborado pelo CATIM.
- Acompanhamento e coordenação, em conjunto com o SCE e a CARRIS, das inspeções para análise das condições de segurança ao elevador e ascensores, efetuadas por Entidades credenciadas exteriores, como sejam o CATIM e o ISQ, com o consequente apoio técnico, incluindo ao prestador externo do serviço de manutenção, no desenvolvimento das ações corretivas ou melhorias de sistemas de segurança, ou outros daí decorrentes, condizentes com o normal funcionamento destes equipamentos.

2.1.6 Taxa de Imobilização Média da Frota

A Taxa de imobilização média do Modo Autocarro da responsabilidade da Carrisbus, S.A, foi de 9,7 %, valor superior ao objetivo (Acordos Específicos) 7,4 %.

A Taxa de Imobilização média do Modo Elétrico da responsabilidade da Carrisbus S.A. foi de 15,98%, valor superior ao objetivo (Acordo Especifico) 10,9%.

2.2 RECURSOS HUMANOS

As orientações estratégicas da empresa têm como um dos principais objetivos a promoção de uma política racional dos recursos humanos, passando, não só pela sua valorização e humanização, mas também, pela responsabilização de cada um, na procura de elevada qualidade dos serviços prestados, de forma a garantir a competitividade da empresa.

Dentro deste princípio foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Formação técnica profissional de acordo com o Plano de Formação, participação em congressos como forma de aquisição e atualização de conhecimentos e competências, essencialmente técnicas, relevando um desafio de combinação de forma de aprendizagem com práticas de trabalho, a favor da produtividade da empresa.
- Formação no domínio da segurança, higiene e saúde no trabalho com o objetivo de dar cumprimento a obrigações legais mas, também, de contribuir para a crescente melhoria das condições de trabalho.

Nesse sentido, sendo a Carrisbus uma empresa pertencente ao universo da Carris, foi decidido internalizar no Grupo com início a 1 de Janeiro de 2012, estas competências, sejam, Higiene e Segurança no Trabalho, numa lógica de serviços partilhados entre ambas as empresas.

Foi também assumido com a CARRIS um protocolo no âmbito dos serviços de Saúde no Trabalho, em vigor desde Julho de 2014.

- Aplicação de uma política de reconhecimento individual - considerando as orientações do governo para o sector desde 2012, manteve-se suspensa a atribuição de prémios. Aguarda-se que a melhoria da situação financeira do país permita retomar aquela medida de gestão de meritocracia.

O quadro de pessoal afeto à Carrisbus, S.A. em 31.12.2016, assim como, a sua evolução por grupos funcionais, constam dos quadros seguintes:

QUADRO DO PESSOAL AFETO À CARRISBUS, S.A.

Situação	2015	2016
. Pessoal Carrisbus	62	94
. Pessoal em Regime de Contrato de Cedência	91	87
. Pessoal em Situação de Prestação de Serviços (9550)	0	0
Total	153	181

EVOLUÇÃO DO PESSOAL

Grupos Funcionais	2015	2016
Quadros Técnicos	6	6
Pessoal Oficial	143	171
Pessoal Administrativo	4	4
Total	153	181

ENCARGOS COM PESSOAL

Un: €

Anos	2015	2016
Natureza		
Remunerações	2.041.568	1.986.465
Subsídios - Protocolo IPSS/Estágio	44.885	82.542
Subsídio de Férias	201.967	184.531
Subsídio de Natal	181.708	172.320
Outros Subsídios	29.924	12.898
Ajudas de Custo	562	1.159,87
Subsídio de Alimentação	327.616	313.667
Formação	2.746	3.405
Saúde no Trabalho	0	1.545
Exames Médicos de Admissão	0	120,00
Recrutamento e Seleção	0	780
Trabalho Suplementar	68.249	70.918
Segurança e Hig. no Trabalho	11.110	10.200
Encargos s/ Remunerações (TSU)	669.561	645.974
Seguro Acidentes de Trabalho	39.343	57.005
Total	3.619.239	3.543.530

Analisam-se de seguida alguns indicadores da empresa e a sua evolução ao longo do ano de 2016:

a) Oficial Direto por autocarro: A evolução dos oficiais diretos por autocarro é um indicador importante para análise da eficiência da empresa pelo que seguidamente se apresenta o seu comportamento no exercício de 2016.

Considerando que no total das oficinas de manutenção e produção de Cabo Ruivo, Musgueira, Miraflores e Pontinha trabalhavam 90 efetivos diretos em 31 de Dezembro

Relatório e Contas de 2016

de 2016, para um total de 531 autocarros assistidos, pertencentes à Carris, S.A. e Carristur, Lda, temos um rácio H/Ac = 0,169. No mês homólogo do ano anterior a empresa apresentava um rácio de 0,129H/Ac.

A melhoria do rácio em análise é reflexo da contratação de pessoal oficial que ocorreu ao longo do ano de 2016.

Em termos quantitativos, a frota de autocarros da Carris assistida pela Carrisbus, S.A. manteve-se constante relativamente ao ano de 2015, tendo-se no entanto verificado uma redução da oferta de cerca de 995.000 km.

b) Oficinal Direto por autocarro: A evolução dos oficinais diretos por elétrico é um indicador importante para análise da eficiência da empresa sublinhando-se o seu comportamento no exercício de 2016. A equipa da oficina de Carros Elétricos totalizou 22 efetivos diretos, para um total de 67 veículos assistidos, pertencentes à Carris, S.A. sendo o rácio H/Elet. = 0,328.

O número de elétricos intervencionados e de km percorridos foram aproximadamente os mesmos em relação ao ano anterior.

c) Encargos com oficinais diretos: A remuneração média dos Oficinais Diretos em 2016 apresenta a seguinte evolução:

<i>Remuneração Média</i>													
	31-dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
. Sem Encargos	1.014	992	1.039	958	949	958	964	940	933	862,58	901	909	890
. Com Encargos	1.281	1.253	1.313	1.210	1.199	1.210	1.218	1.187	1.179	1.090	1.139	1149	1124

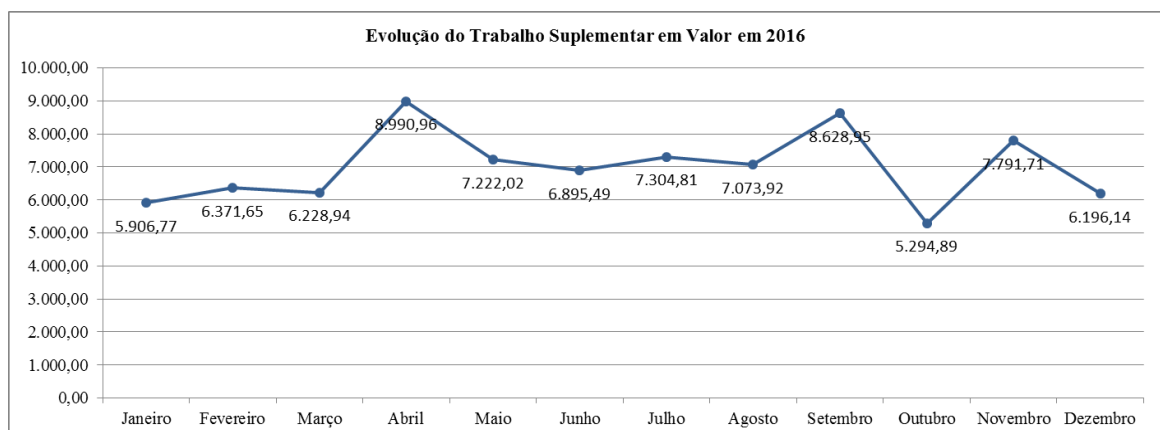
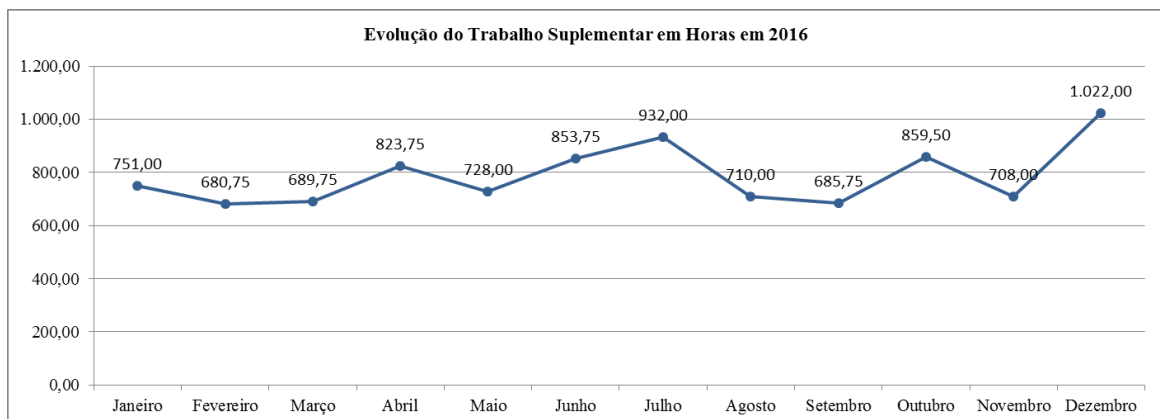
d) Absentismo: Em 31 de Dezembro de 2016 o absentismo apresentou uma taxa de 5,34%. A evolução do absentismo por natureza ao longo do ano é apresentado no mapa que se segue:

Relatório e Contas de 2016

Mês	Horas Potenc.	Baixa	% Abs	AT	% Abs	Falta Just.	% Abs	Falta Injust.	% Abs	Greve	% Abs	Total Individual	% Abs
Janeiro	26.138,19	277,34	1,06%	138,66	0,53%	285,52	1,09%	34,15	0,13%	0,00	0,00%	735,67	2,81%
Fevereiro	26.484,85	687,54	2,60%	109,78	0,41%	106,09	0,40%	39,90	0,15%	0,00	0,00%	943,31	3,56%
Março	27.316,82	849,32	3,11%	132,89	0,49%	215,89	0,79%	43,61	0,16%	0,00	0,00%	1.241,71	4,55%
Abril	28.657,26	768,42	2,68%	132,89	0,46%	245,85	0,86%	12,00	0,04%	0,00	0,00%	1.159,16	4,04%
Maiο	28.946,13	466,67	1,61%	483,98	1,67%	219,82	0,76%	55,56	0,19%	0,00	0,00%	1.226,03	4,24%
Junho	28.755,47	710,64	2,47%	878,20	3,05%	170,36	0,59%	53,45	0,19%	168,00	0,58%	1.980,65	6,89%
Julho	28.581,58	606,66	2,12%	1.184,43	4,14%	237,90	0,83%	45,96	0,16%	35,25	0,12%	2.110,20	7,38%
Agosto	28.413,85	502,66	1,77%	427,55	1,50%	341,33	1,20%	28,90	0,10%	0,00	0,00%	1.300,44	4,58%
Setembro	26.311,52	502,65	1,91%	398,65	1,52%	534,20	2,03%	40,00	0,15%	0,00	0,00%	1.475,00	5,61%
Outubro	26.908,68	381,32	1,42%	231,10	0,86%	248,31	0,92%	14,28	0,05%	0,00	0,00%	875,01	3,25%
Novembro	30.511,83	830,99	2,72%	260,00	0,85%	374,83	1,23%	12,04	0,04%	0,00	0,00%	1.473,09	4,83%
Dezembro	31.662,38	1.152,89	3,64%	231,11	0,73%	233,95	0,74%	72,00	0,23%	0,00	0,00%	1.689,95	5,34%

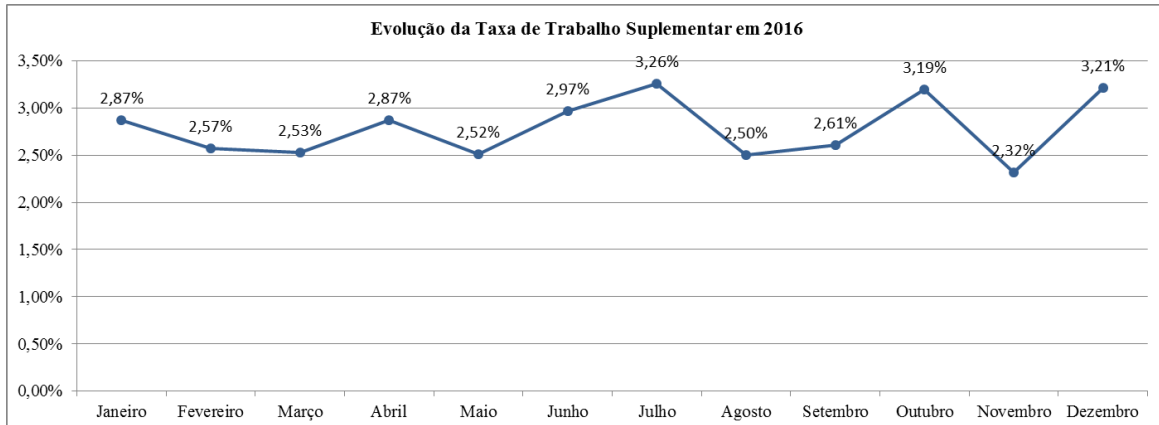
e) Trabalho Suplementar:

Relativamente ao trabalho suplementar o comportamento, em horas, valor e taxa, durante o ano de 2016, foi o seguinte:



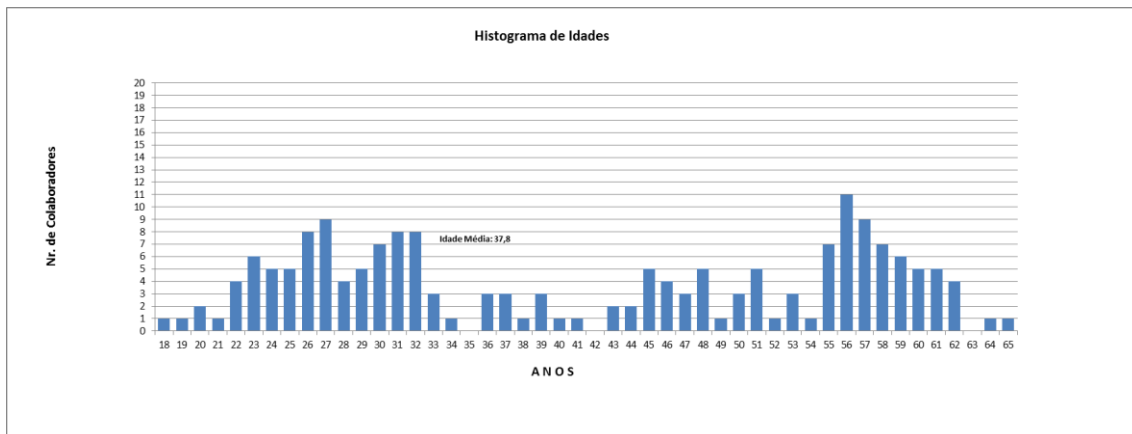
Relatório e Contas de 2016

A taxa média de trabalho suplementar em 2016 situou-se nos 2,79 % do número de horas potenciais.



A taxa de trabalho suplementar sofreu ligeiros agravamentos nos meses de Julho, Outubro e Dezembro situando-se entre os 3,19% e os 3,26%.

f) Histograma de idades: A distribuição dos colaboradores por idades em 31.12.2016 é apresentada no histograma que se segue:



Verifica-se uma forte incidência entre os 26 e os 32 anos (37H) e entre os 55 e os 58 anos (37H), correspondendo a cerca de 40% do total dos colaboradores da empresa.

g) Produtividade:

Un: €

VAB/Oficinal direto	2014	2015	2016
VAB (#72+#73+#75-#61-#62-#65)	4.077.901	3.997.769	3.805.418
Média Oficinas Diretos de Janeiro a Dezembro	135	125	131
Produtividade do trabalho (VAB/Oficinas Diretos)	30.207	31.982	29.049
Prestação de serviços (#72)/Oficinas Diretos	68.784	72.241	71.509

O VAB diminuiu cerca de 5%, tendo, no entanto, a produtividade do trabalho por oficinas diretos diminuído cerca de 9%. Verificou-se ainda um acréscimo de cerca de 5% no número médio de oficinas diretos relativamente a 2015.

2.1 ÁREA ADMINISTRATIVA E LOGÍSTICA**Para desenvolver a sua atividade a CARRISBUS, SA recorre:**

- Às infraestruturas oficinas da Carris, SA em Cabo Ruivo, Musgueira, Pontinha, Miraflores e Santo Amaro, através de acordos já celebrados entre as partes.
- Aos serviços de Aprovisionamento/Compras em Miraflores, enquanto central de compras da Carris, para a aquisição dos materiais mais consumidos.
- À partilha com a Carristur, Lda. as instalações e o espaço de estacionamento, em Cabo Ruivo, sendo o custo repartido pelos intervenientes Carris, SA, Carristur, Lda. e Carrisbus, SA.
- A empresa externa T – Razão – Contabilidade e Consultoria em Gestão, para prestação de apoio fiscal e contabilístico ao nível de supervisão do registo dos documentos, e classificação e registo dos que apresentem maior complexidade ou especificidade, para a emissão das peças contabilísticas necessárias e elaboração dos documentos fiscais aplicados à empresa. (O sistema de classificação contabilística está a ser realizado pelos serviços próprios da Carrisbus, SA. e da contabilidade da Carris, S.A.).

- O sistema de faturação processado por um software adquirido pela Carrisbus, SA (realizado mensalmente por meios próprios), que responde plenamente para o volume de faturação previsto.
- Ao sistema de contabilidade analítica implementado para obtenção de dados que permitam o controlo de gestão.

2.2 INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados durante o exercício de 2016 totalizam 16.157,72 euros e discriminam-se no quadro seguinte:

Rubricas	Saldo Inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Abates	Saldo Final
Ativo Fixo Intangível						
Programas de Computador	6.629,96	0,00	0,00	0,00	0,00	6.629,96
Sub-Total	6.629,96	0,00	0,00	0,00	0,00	6.629,96
Ativo Fixo Tangível						0,00
Edifícios e outras construções	50.119,99					50.119,99
Equipamento básico	73.732,00	6.757,00				80.489,00
Equipamento de transporte	57.063,14					57.063,14
Equipamento administrativo	60.387,19	2.527,72				62.914,91
Outros Ativos Fixos Tangíveis	136.290,66	6.873,00				143.163,66
Ativos Fixos em Curso	0,00					0,00
Adiantamentos p/ Imob. Corpóreas	0,00					0,00
Sub-Total	377.592,98	16.157,72	0,00	0,00	0,00	393.750,70
TOTAL	384.222,94	16.157,72	0,00	0,00	0,00	400.380,66

Tal como em anos anteriores e atendendo aos condicionamentos financeiros que o país e o sector atravessam, a empresa limitou os seus investimentos.

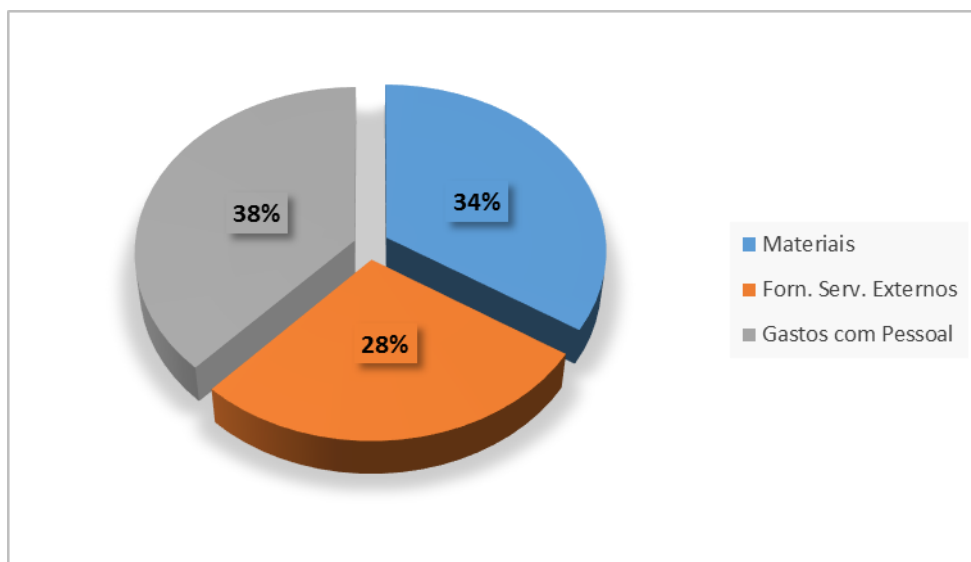
2.3 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

O resultado operacional de 2016 é positivo em cerca de 140 mil euros, na sequência de uma redução de cerca de 60% relativamente a 2015.

	2016	2015	Var.
Rendimentos Operacionais	9.657.529,07	9.367.058,78	3,10%
Gastos Operacionais	-9.516.829,86	-9.021.171,91	5,49%
Resultado Operacional	140.699,21	345.886,87	-59,32%

Os gastos operacionais, num total aproximado de 9,5 milhões de euros, integram 3,6 milhões de euros de gastos com o pessoal, 3,2 milhões de euros de materiais e 2,6 milhões de euros de fornecimentos e serviços externos.

GASTOS OPERACIONAIS EM 2016



As amortizações, os encargos e rendimentos financeiros, bem como os outros gastos e rendimentos apresentam valores menos significativos:

	2016	2015
Gastos Depreciação e de Amortização	-20.673,70	-19.721,89
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	60.603,31	110.276,86
Outros gastos e perdas	-55.573,58	-62.076,09

De acordo com a análise tradicional da informação financeira obtiveram-se os seguintes rácios:

	2016	2015
Endividamento (Total Passivo/Total do Ativo)	0,72	0,70
Estrutura do Endividamento (Curto Prazo)	0,66	0,64

Os rácios de endividamento continuam a revelar uma empresa com uma importante utilização de capital alheio no financiamento da sua atividade, tendo-se verificado um ligeiro agravamento no ano de 2016 relativamente ao ano anterior.

Este financiamento encontra-se concentrado no curto prazo, situação a que corresponde uma elevada pressão de tesouraria, cujo efeito de risco é atenuado pela relação cliente e acionista.

	2016	2015
Liquidez Geral	1,83	1,88
Liquidez Imediata	0,07	0,48

Os indicadores de liquidez continuam a revelar uma boa capacidade de reembolso das dívidas, ainda que no ano em apreço se tenha registado uma evolução ligeiramente negativa relativamente ao ano de 2015, resultado das dificuldades de tesouraria verificadas em 2016. Estes constrangimentos de tesouraria refletiram alguma dificuldade no cumprimento dos prazos médios de pagamento a fornecedores, tendo a empresa conseguido equilibrar este indicado no final do exercício.

Os indicadores de rendibilidade são sempre relevantes na análise do equilíbrio financeiro, nomeadamente por se considerar que a empresa é eficiente se apresentar um valor de rendibilidade do capital total superior ao custo do capital alheio. Na análise da rendibilidade calcularam-se os seguintes rácios:

	2016	2015
Rendibilidade Líquida	1,10%	2,82%
Rendibilidade dos Capitais Próprios	10,96%	30,48%
Rendibilidade do Ativo médio após impostos	7,40%	19,69%

A rendibilidade do ativo líquido médio, após impostos, apresentou um valor de 7,40% em 2016, valor bastante inferior ao registado em 2015.

A rendibilidade das vendas, após um aumento de 0,71% em 2014 para 2,82% em 2015, registou um ligeiro agravamento em 2016 situando-se em 1,10%, reflexo do aumento de custos operacionais na empresa.

Na ótica do acionista, calculou-se ainda, a rentabilidade média por referência aos capitais investidos, apresentando um valor no exercício de 10,96%, depois de no ano anterior se ter estabelecido nos 30,48%.

Analisaram-se ainda os seguintes indicadores de funcionamento (expurgados do efeito do IVA):

	2016	2015
Rotação do Ativo	307	341
Prazo médio de Recebimentos (dias)	61	44
Prazo médio de Pagamentos (dias)	77	65

A relação entre os prazos médios de pagamento e de recebimentos, com a cobrança a anteceder o pagamento, apresentou-se equilibrada em 2016, tal como nos anos anteriores.

Analisa-se ainda, numa ótica mais dinâmica, o equilíbrio financeiro em ligação com ciclos financeiros de exploração, investimento e financiamento. Para este efeito procedeu-se ao ajustamento das rubricas de balanço na ótica do balanço funcional.

A análise do ciclo de investimento revela que capitais permanentes financiam os ativos fixos e também a exploração, sendo o fundo de maneo funcional de 941 mil euros (831 mil euros em 2015).

Ativo Fixo	32.592,42	Capitais Permanentes	974.100,64
Fundo Maneio Funcional	941.508,22		

Revela-nos, uma empresa em que as decisões de investimento tomadas não esgotam os recursos estáveis disponíveis. Este facto reflete a política de financiamento, nomeadamente no que se refere aos excedentes gerados e não distribuídos.

No que se refere ao ciclo de exploração, este revela recursos cíclicos insuficientes para fazer face às necessidades cíclicas. As necessidades de fundo de maneo ultrapassam 3 milhões de euros, com destaque para o valor em dívida de clientes. Verifica-se ainda um valor elevado no que se refere às existências associado a um

inventário que, por força da atividade da empresa e diversidade das viaturas assistidas, apresenta necessariamente uma dimensão expressiva.

Necessidades Cíclicas	3.247.278,47	Recursos Cíclicos	1.857.609,08
Clientes	1.957.959,44	Fornecedores	1.514.381,24
Existências	1.219.613,66	Adiantamentos de Clientes	-
Adiantamentos a Fornecedores	0	Estado a Pagar	340.808,51
Estado a Receber	36.511,29	Outros Credores	2.419,33
Outros Devedores e Difer.	33.194,08		
NFM Exploração	1.389.669,39		

As necessidades de fundo de maneo expressas resultam da política seguida nas operações, nomeadamente no que se refere aos ciclos de pagamento e recebimento e à eficiência operacional.

Conclui-se ser uma empresa equilibrada, com capacidade de reembolso das dívidas, minimizando a necessidade de financiamento e com risco atenuado face à relação cliente e acionista.

GESTÃO DE RISCOS, INCLUINDO OS FINANCEIROS

No decurso do exercício, e tal como se verificou em anos anteriores, procurou-se dotar a empresa com mecanismos de gestão de riscos, nomeadamente ao nível financeiro, implementando procedimentos de diligências na escolha e utilização dos parceiros da sociedade, no acompanhamento dos “timings” de liquidação de operações e adotando uma abordagem de prudência face às oportunidades, escolhas e decisões operacionais com impacto nas questões financeiras e de investimento.

Por outro lado, no plano interno, para além das atuações permanentes sobre as atividades de “pricing” e controlo informático das prestações de serviços realizadas visando evitar os riscos de preço, a gestão continuou a acautelar as regras relativas à gestão do crédito concedido a clientes, e monitorizou fortemente a tesouraria com o intuito de minimizar os riscos de liquidez e de fluxos de caixa.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

3.1 Perspetivas futuras

Para 2017 o Conselho de Administração observará na empresa as orientações estratégicas definidas pelo Município de Lisboa para a empresa Carris, e consequentemente para a Carrisbus.

Prosseguindo os objetivos estratégicos estabelecidos e com experiência destes nove anos de vida da empresa, espera a Carrisbus, S.A continuar a contribuir, para uma maior eficácia e aumento da produtividade do universo Carris, com melhoria de qualidade e segurança, dos serviços prestados.

3.2 Notas Finais

O Conselho de Administração da Carrisbus, S.A, manifesta o seu muito apreço aos seus colaboradores, que com esforço, dedicação e competência, têm contribuído para a consolidação do projeto Carrisbus, S.A e obtenção de resultados que dão à empresa credibilidade e confiança para alcançar os seus objetivos.

Uma palavra de agradecimento ao Conselho de Gerência da Carristur, Lda., pela cooperação e apoio dado, no relacionamento das empresas.

Agradece igualmente a todos os Bancos, Clientes e Fornecedores que se tem relacionado com a empresa, numa base de grande confiança e de elevada atitude que merece ser realçada.

Regista com satisfação a forma como tem vindo a ser acompanhada, no cumprimento do seu mandato e no desempenho das suas funções, pela Sociedade de Auditores João Cipriano & Associados, SROC, Lda e membros da Mesa da Assembleia Geral.

Agradece a todos os colaboradores das várias áreas da Carris SA., que se têm disponibilizado para com a empresa, num clima de boa cooperação e empenho.

4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para cumprimento da alínea f) do número 5 do art.º 66 do código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o montante apurado nos Resultados Líquidos do Exercício, no valor de 106.497,37 € seja transferido integralmente para a conta de Reservas Livres.

Lisboa, 23 de Junho de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Tiago Alexandre Abranches Teixeira Lopes Farias
Presidente

Dr. José Realinho de Matos
Vogal

Dr. António Manuel Domingues Pires
Vogal

5. BALANÇO

BALANÇO 2016

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	31.777,98	36.293,96
Outros investimentos financeiros		814,44	
		32.592,42	36.293,96
Ativo Corrente			
Inventários	8	1.219.613,66	1.138.811,53
Clientes	9	1.957.959,44	947.646,72
Estados e outros entes públicos	15	36.511,29	
Outros créditos a receber	9	19.255,32	13.790,76
Diferimentos	10	16.117,05	16.265,42
Caixa e depósitos bancários	3 e 9	139.075,22	726.684,78
		3.388.531,98	2.843.199,21
Total do Ativo		3.421.124,40	2.879.493,17
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	11	74.960,00	74.960,00
Ações (quotas) próprias	11	-4,00	-4,00
Reservas legais	11	14.996,00	14.996,00
Outras reservas	11	530.649,65	266.806,10
Resultados transitados	11	245.001,62	245.001,62
Resultado líquido do período		106.497,37	263.843,55
Total do Capital Próprio		972.100,64	865.603,27
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	12	2.000,00	2.000,00
		2.000,00	2.000,00
Passivo corrente			
Fornecedores	13	1.514.381,24	1.323.426,14
Estado e outros entes públicos	15	340.808,51	188.480,07
Outras dividas a pagar	14	591.834,01	499.983,69
		2.447.023,76	2.011.889,90
Total do Passivo		2.449.023,76	2.013.889,90
Total do Capital Próprio e do Passivo		3.421.124,40	2.879.493,17

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

6. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS 2016

(U:EUROS)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	16	9.578.767,47	9.285.251,26
Variação nos inventários da produção	8	18.158,29	-28.469,34
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-3.217.285,50	-3.114.822,77
Fornecimentos e serviços externos	17	-2.634.348,33	-2.245.973,21
Gastos com o pessoal	18	-3.588.948,75	-3.578.577,95
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	8	-2.247,13	-973,68
Provisões (aumentos/reduções)			-2.000,00
Outros rendimentos	20	60.603,31	110.276,86
Outros gastos	21	-55.573,58	-62.076,09
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		159.125,78	362.635,08
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	19	-20.673,70	-19.721,89
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		138.452,08	342.913,19
Resultado antes de impostos		138.452,08	342.913,19
Imposto sobre o rendimento do período	7	-31.954,71	-79.069,64
Resultado líquido do período		106.497,37	263.843,55

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES 2016

(U:EUROS)

RUBRICAS	NOTAS	2016	2015
Vendas e serviços prestados	16	9.578.767,47	9.285.251,26
Custo das vendas e dos serviços prestados		-9.338.259,78	-8.845.284,77
Resultado bruto		240.507,69	439.966,49
Outros rendimentos	20	60.603,31	110.276,86
Gastos administrativos		-107.085,34	-145.254,07
Outros gastos	21	-55.573,58	-62.076,09
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		138.452,08	342.913,19
Resultados antes de impostos		138.452,08	342.913,19
Imposto sobre o rendimento do período	7	-31.954,71	-79.069,64
Resultado líquido do período		106.497,37	263.843,55

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

7. DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA - 2016

(u: euro)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes		10.765.336,40	11.875.018,73
Pagamentos a fornecedores		-7.138.978,80	-6.603.053,12
Pagamentos ao pessoal		-3.454.478,63	-3.539.051,52
Caixa gerada pelas operações		171.878,97	1.732.914,10
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-68.466,00	-50.143,83
Outros recebimentos/pagamentos		-671.148,53	-1.027.902,59
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-567.735,56	654.867,68
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		-19.874,00	-26.685,47
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-19.874,00	-26.685,47
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-587.609,56	628.182,21
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	3	726.684,78	98.502,57
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3	139.075,22	726.684,78

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

8. DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO – 2015

(euro)							
DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	6	74.956,00	14.995,00	198.407,14	245.001,62	68.399,96	601.759,72
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				68.399,96		-68.399,96	
	7	0,00	0,00	38.399,96	0,00	-68.399,96	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					263.843,55	263.843,55
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8	0,00	0,00	68.399,96	0,00	195.443,59	263.843,55
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Outras operações							0,00
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	6+7+8	74.956,00	14.995,00	266.807,10	245.001,62	263.843,55	865.603,27

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO – 2016

(euro)								
DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	6	11	74.956,00	14.995,00	266.807,10	245.001,62	263.843,55	865.603,27
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				263.843,55		-263.843,55		
	7		0,00	0,00	263.843,55	0,00	-263.843,55	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					106.497,37	106.497,37	
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8		0,00	0,00	263.843,55	0,00	-157.346,18	106.497,37
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Outras operações								0,00
	10		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	6+7+8		74.956,00	14.995,00	530.650,65	245.001,62	106.497,37	972.100,64

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

9. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

CARRISBUS – MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E TRANSPORTES, SA.

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A CARRISBUS, SA. é uma sociedade anónima, foi constituída em 20 de Abril de 2005 e tem a sua sede social na Av. Dr. Augusto de Castro, Complexo de Cabo Ruivo em Lisboa. A sua atividade principal consiste na manutenção e reparação de veículos, gestão e exploração de transporte público internacional rodoviário coletivo de passageiros, representação de equipamentos, peças e outras componentes que estejam relacionadas com o conjunto de atividades a desenvolver.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 23 de Junho de 2017. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de *Accionistas*, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O *Conselho de Administração* entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem ao período de vida útil previsto no Decreto-Regulamentar 25/2009 de 14/9, para cada classe de ativos fixos tangíveis.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear e durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem ao período de vida útil previsto no Decreto-Regulamentar 25/2009 de 14/9, para cada classe de ativos fixos intangíveis.

Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Inventários

Os inventários encontram-se registados ao preço de custo e o método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio.

Ativos e passivos financeiros

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Estes ativos são mensurados ao custo.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

Relatório e Contas de 2016

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os

Relatório e Contas de 2016

resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;*
- b) Registo de ajustamentos aos valores dos ativos;*

Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde ao imposto corrente, tendo sido registado em resultados.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte

integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 detalha-se conforme se segue:

	2016	2015
Numerário	1.005,53	1.119,21
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	138.069,69	725.565,57
Aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	<u>139.075,22</u>	<u>726.684,78</u>

4 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro 2016 e em 31 de Dezembro 2015 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2016								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial	-	50.119,99	73.732,00	57.063,14	60.387,19	136.290,66	-	377.592,98
Aquisições			6.757,00		2.527,72	6.873,00		16.157,72
Abates								-
Saldo final	-	50.119,99	80.489,00	57.063,14	62.914,91	143.163,66	-	393.750,70
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	43.241,67	67.765,60	57.063,14	58.030,07	115.198,54	-	341.299,02
Depreciações do exercício		5.012,00	3.358,15		1.999,78	10.303,77		20.673,70
Abates								-
Saldo final	-	48.253,67	71.123,75	57.063,14	60.029,85	125.502,31	-	361.972,72
Activos líquidos	-	1.866,32	9.365,25	-	2.885,06	17.661,35	-	31.777,98

2015								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial	-	50.119,99	73.732,00	57.063,14	60.387,19	114.595,16	-	355.897,48
Aquisições						21.695,50		21.695,50
Abates								-
Saldo final	-	50.119,99	73.732,00	57.063,14	60.387,19	136.290,66	-	377.592,98
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	38.229,67	66.096,70	56.463,14	56.054,54	104.733,08	-	321.577,13
Depreciações do exercício		5.012,00	1.668,90	600,00	1.975,53	10.465,46		19.721,89
Abates								-
Saldo final	-	43.241,67	67.765,60	57.063,14	58.030,07	115.198,54	-	341.299,02
Activos líquidos	-	6.878,32	5.966,40	-	2.357,12	21.092,12	-	36.293,96

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método da linha reta, sendo registada uma quota integral no ano de aquisição e não sendo praticada qualquer quota no ano do abate se o bem ainda se encontrar em curso de depreciação durante a vida útil estimada.

No período corrente foram efetuadas novas aquisições de bens relativos a equipamento básico, administrativo e outros.

As depreciações do exercício, foram registadas nas seguintes rubricas:

DEPRECIÇÃO		
	2016	2015
Edifícios e outras construções	5.012,00	5.012,00
Equipamento básico	3.358,15	1.668,90
Equipamento de transporte	-	600,00
Equipamento administrativo	1.999,78	1.975,53
Outros	10.303,77	10.465,46
	<u>20.673,70</u>	<u>19.721,89</u>

5 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, não ocorreu nenhum movimento na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Pelo que se apresentaram da seguinte forma:

	2016				Total
	Projectos de desenvolv.	Programas computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis	
Activos					
Saldo inicial		6.629,96	-	-	6.629,96
Saldo final	-	6.629,96	-	-	6.629,96
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial		6.629,96	-	-	6.629,96
Depreciações do exercício					-
Saldo final	-	6.629,96	-	-	6.629,96
Activos líquidos	-	-	-	-	-

2015

	Projectos de desenvolv.	Programas computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis	Total
Activos					
Saldo inicial		6.629,96	-	-	6.629,96
Saldo final	-	6.629,96	-	-	6.629,96
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial		6.629,96	-	-	6.629,96
Depreciações do exercício					-
Saldo final	-	6.629,96	-	-	6.629,96
Activos líquidos	-	-	-	-	-

Vidas úteis

Relativamente aos intangíveis com vida útil finita, as respetivas depreciações foram calculadas de acordo com o previsto no Decreto-Regulamentar 25/2009 de 14/9, tendo em 2011 estes ativos fixos esgotado as suas reintegrações.

6 LOCAÇÕES

Locações financeiras

A Empresa terminou em 2012 os contratos de locação financeira relacionados com equipamento de transporte que tinha celebrado em 2008, os quais se encontravam denominados em euros, pelo que quer em 2013, quer nos anos seguintes, não registou nenhum valor relacionado com esta forma de financiamento.

7 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Nos termos do artigo 81.º do código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributações autónomas sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no mencionado artigo.

A *Administração* da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

O gasto com impostos sobre o rendimento nestes dois exercícios é detalhado conforme se segue:

GASTOS COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

	2016	2015
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	31.954,71	79.069,64
	<u>31.954,71</u>	<u>79.069,64</u>
Impostos diferidos:	-	-
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>31.954,71</u>	<u>79.069,64</u>

8 INVENTÁRIOS

Em 31 Dezembro 2016 e em 31 Dezembro 2015, os inventários da Empresa eram compostos da seguinte forma:

	2016			2015		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias						
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	1.215.212,62	16.184,22	1.199.028,40	1.150.321,65	13.937,09	1.136.384,56
Produtos acabados e intermédios			-			-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			-			-
Produtos e trabalhos em curso	20.585,26		20.585,26	2.426,97		2.426,97
Adiantamentos por conta de compras						
	<u>1.235.797,88</u>	<u>16.184,22</u>	<u>1.219.613,66</u>	<u>1.152.748,62</u>	<u>13.937,09</u>	<u>1.138.811,53</u>

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 é detalhado conforme se segue:

	2016			Total
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Outros	
Saldo inicial		1.136.384,56		1.136.384,56
Compras		3.282.176,47		3.282.176,47
Regularizações		(2.247,13)		(2.247,13)
Saldo final		1.199.028,40		1.199.028,40
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	-	3.217.285,50	-	3.217.285,50

	2015			Total
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Outros	
Saldo inicial		1.080.666,59		1.080.666,59
Compras		3.171.235,58		3.171.235,58
Regularizações		(694,84)		(694,84)
Saldo final		1.136.384,56		1.136.384,56
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	-	3.114.822,77	-	3.114.822,77

A variação dos inventários da produção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 é detalhada nos seguintes quadros:

	2016				Total
	Produtos acabados	Subprodutos	Produtos trab. curso	Outros	
Saldo inicial			2.426,97		2.426,97
Saldo final			20.585,26		20.585,26
Variação dos inventários da produção	-	-	18.158,29	-	18.158,29

	2015				Total
	Produtos acabados	Subprodutos	Produtos trab. curso	Outros	
Saldo inicial			30.896,31		30.896,31
Saldo final			2.426,97		2.426,97
Variação dos inventários da produção	-	-	(28.469,34)	-	(28.469,34)

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 2016 e em 2015 é detalhada conforme se segue:

	2016	2015
Aumentos de perdas por imparidade		
Perdas por imparidade em inventários	2.247	974
	<u>2.247</u>	<u>974</u>

Deve-se realçar que a perda registada corresponde ao reconhecimento de que a empresa possui no seu inventário um conjunto de componentes que perderam valor, pois deixaram de ter a utilidade inicial. A empresa procura uma solução definitiva para estes materiais e, por uma questão de prudência, considerou que está perante uma perda total. No caso de conseguir ainda proceder à sua venda, irá em exercício futuro registar a respetiva reversão de gasto.

9 ATIVOS FINANCEIROS

Clientes e outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2016			2015		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não correntes:	-	-	-	-	-	-
Correntes:						
Clientes	1.957.959,44		1.957.959,44	947.646,72		947.646,72
Outros créditos a receber	17.077,03		17.077,03	11.612,47		11.612,47
Adiantamento a Fornecedores	2.178,29		2.178,29	2.178,29		2.178,29
	<u>1.977.214,76</u>	-	<u>1.977.214,76</u>	<u>961.437,48</u>	-	<u>961.437,48</u>
	<u>1.977.214,76</u>	-	<u>1.977.214,76</u>	<u>961.437,48</u>	-	<u>961.437,48</u>

10 DIFERIMENTOS ATIVOS

Nos dois últimos exercícios económicos, as rubricas do activo corrente “Diferimentos” apresentavam os seguintes valores:

	2016	2015
Gastos a reconhecer	16.117,05	16.265,42
	<u>16.117,05</u>	<u>16.265,42</u>

11 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2016 o capital subscrito é detido pelos seguintes *acionistas*:

	2016	2015
Capital		
Valor nominal	74.960,00	74.960,00
Capital não realizado		
Custos de emissão		
Acções/quotas próprias	(4,00)	(4,00)
Prémios / descontos		
	<u>74.956,00</u>	<u>74.956,00</u>

Em Assembleia Geral de 18 de Maio de 2011 foi deliberada a aquisição pela própria empresa de ações anteriormente detidas por três dos acionistas individuais. Posteriormente, foi decidida a aquisição de uma outra ação igualmente detida por um acionista individual, ficando a empresa na posse de 4 ações.

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, as outras reservas apresentaram o seguinte movimento:

	Reservas livres	Pagamentos a empregados com base em acções	Reserva de cobertura	Reserva de conversão cambial	Reserva estatutária	Outras	Total Outras Reservas
Quantia em 1-1-2015							-
Saldo inicial	198.406,14						198.406,14
Transferência resultados 2014	68.399,96						68.399,96
Quantia em 31-12-2015	266.806,10	-	-	-	-	-	266.806,10
Transferência resultados 2015	263.843,55						263.843,55
							-
Quantia em 31-12-2016	530.649,65	-	-	-	-	-	530.649,65

Deve-se salientar a constituição de uma reserva indisponível no valor da aquisição das ações próprias, em cumprimento do preceituado no Artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 22 de Julho de 2016, a aplicação do resultado líquido positivo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, no montante de €263.843,55, foi transferida da seguinte forma:

. Reserva Livre: 263.843,55€.

12 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

Na sequência de uma Auditoria Externa sobre as atividades realizada pela CARRISBUS nas instalações da Carris (responsabilidade por danos ambientais), foi deliberado pelo Conselho de Administração a criação de uma provisão para riscos ambientais no valor de 2.000€, em substituição de uma garantia financeira. Assim, foi constituída em 2015 uma provisão desta natureza.

	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Passagem do tempo	Utilizações	
Impostos						-
Garantias a clientes						-
Processos judiciais em curso						-
Acidentes de trabalho e doenças profissionais						-
Matérias ambientais	2.000					2.000
Contratos onerosos						-
Reestruturações						-
Outras provisões						-
	2.000	-	-		-	2.000

13 PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outros passivos financeiros” apresentavam a seguinte composição:

	2016	2015
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	1.463.612,28	1.285.816,39
Fornecedores, fact. em recepção e conferência	50.768,96	37.609,75
	<u>1.514.381,24</u>	<u>1.323.426,14</u>
Outros passivos financeiros		
Estado e outros entes públicos	340.808,51	188.480,07
Outras dívidas a pagar		
Out dívidas a Pagar Corrente	591.834,01	499.983,69
	<u>932.642,52</u>	<u>688.463,76</u>
	<u>2.447.023,76</u>	<u>2.011.889,90</u>

14 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES, ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Nos dois últimos anos (2016 e 2015) as rubricas “Adiantamentos de clientes”, “Adiantamentos a fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	2016	2015
Adiantamentos a fornecedores	2.178,29	2.178,29
	<u>2.178,29</u>	<u>2.178,29</u>
Adiantamentos de clientes	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Outras dívidas a pagar	591.834,01	499.983,69
	<u>591.834,01</u>	<u>499.983,69</u>

15 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam os seguintes valores e composição:

	2016		2015	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	-		-	
Pagamento Especial por conta				
Estimativa de imposto	36.511,29			42.518,62
Retenção na Fonte				
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		27.554,43		29.372,64
Imposto sobre o valor acrescentado		238.193,71		45.789,38
Contribuições para a Segurança Social		75.003,90		70.799,43
Outros Impostos		56,47		
	<u>36.511,29</u>	<u>340.808,51</u>	<u>-</u>	<u>188.480,07</u>

No período corrente, os valores da conta estado e outros entes públicos correspondem aos montantes a liquidar no exercício seguinte e são relativos a retenções na fonte de IRS (do mês de Dezembro), Iva (relativo aos meses de Novembro e de Dezembro) e segurança social (de Dezembro), cumprindo-se os prazos legais de pagamento destas obrigações fiscais e sociais.

16 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa nos dois últimos exercícios é detalhado conforme se segue:

	2016	2015
Venda de bens	211.082,85	255.155,62
Prestação de serviços	9.367.684,62	9.030.095,64
...		
	<u>9.578.767,47</u>	<u>9.285.251,26</u>

17 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 apresentou a seguinte formulação:

	2016	2015
621 - Subcontratos	1.551.415,79	1.319.390,24
622- Serviços especializados	38.122,10	30.635,40
623 - Materiais	871.698,21	731.551,58
624 - Energia e Fluidos	27.790,07	20.915,28
625 - Deslocações, estadas e transportes	14.642,04	11.750,95
626 - Serviços diversos	130.680,12	131.729,76
	<u>2.634.348,33</u>	<u>2.245.973,21</u>

18 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro e 2015 é detalhada conforme se segue:

	2016	2015
Remunerações do pessoal	2.756.129,58	2.849.206,99
Indemnizações	1.213,41	
Encargos sobre remunerações	645.973,95	669.561,49
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	57.004,93	35.924,48
Outros	128.626,88	23.884,99
	<u>3.588.948,75</u>	<u>3.578.577,95</u>

Por seu lado, a composição do quadro de colaboradores teve a seguinte evolução:

	2016	2015
Número de Colaboradores	181	153

19 AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 apresenta os seguintes valores:

	2016	2015
Activos fixos tangíveis	20.673,70	19.721,89
Intangíveis	0,00	0,00
	<u>20.673,70</u>	<u>19.721,89</u>

20 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 revela:

	2016	2015
Rendimentos suplementares:		
Outros rendimentos suplementares	50.861,05	94.053,64
Descontos de pronto pagamento obtidos	9.075,25	15.328,78
Ganhos em inventários		278,84
Outros	667,01	615,60
	<u>60.603,31</u>	<u>110.276,86</u>

21 OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 apresenta-se da seguinte forma:

	2016	2015
Impostos	4.025,94	3.739,84
Outros	51.547,64	58.336,25
	<u>55.573,58</u>	<u>62.076,09</u>

22 PARTES RELACIONADAS

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas (valores expurgados de IVA):

2016

	Compras de inventários	Compras activos fixos	Serviços obtidos	Vendas de inventários	Serviços prestados
Empresa-mãe					
CARRIS, SA	302.155,38		139.203,00	211.082,85	8.909.757,02
CARRISTUR, LDA.			7.890,04		448.344,60
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa					
Subsidiárias					
Associadas					
Interesses em empreendimentos conjuntos					
Pessoal chave da gestão					
Outras partes relacionadas					
	<u>302.155,38</u>	<u></u>	<u>147.093,04</u>	<u>211.082,85</u>	<u>9.358.101,62</u>

2015

	Compras de inventários	Compras activos fixos	Serviços obtidos	Vendas de inventários	Serviços prestados
Empresa-mãe					
CARRIS, SA	355.117,92		346.534,61	193.575,14	8.570.569,67
CARRISTUR, LDA.			7.287,30		520.301,11
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa					
Subsidiárias					
Associadas					
Interesses em empreendimentos conjuntos					
Pessoal chave da gestão					
Outras partes relacionadas					
	<u>355.117,92</u>	<u></u>	<u>353.821,91</u>	<u>193.575,14</u>	<u>9.090.870,77</u>

Nos dois exercícios em apreço, a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2016

	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Empresa-mãe				
CARRIS, SA	1.857.700,49	117.492,70		117.492,70
CARRISTUR, LDA.	100.258,95	2.036,14		2.036,14
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa				
Subsidiárias				
Associadas				
Interesses em empreendimentos conjuntos				
Pessoal chave da gestão				
Outras partes relacionadas				
	<u>1.957.959,44</u>	<u>119.528,84</u>		<u>119.528,84</u>

2015

	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Empresa-mãe				
CARRIS, SA	840.507,15	168.641,16		168.641,16
CARRISTUR, LDA.	107.139,57	1.947,81		1.947,81
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa				
Subsidiárias				
Associadas				
Interesses em empreendimentos conjuntos				
Pessoal chave da gestão				
Outras partes relacionadas				
	<u>947.646,72</u>	<u>170.588,97</u>		<u>170.588,97</u>

23 INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa também que a situação da Empresa perante a Segurança Social não se encontra regularizada. Este organismo público emitiu 1 certidão acusando uma dívida no valor de 1'513,15 euros, e que foram de imediato contestados pela empresa. Infelizmente e até à data não foi possível obter uma resposta por parte da Segurança Social.

A CARRISBUS é igualmente alvo de uma ação judicial movida por uma antiga colaboradora, no valor de 15'387,00 euros. Este processo tem o nº10859/15.1T8LSB e

Relatório e Contas de 2016

corre no Tribunal de Instância Central – 1ª Secção de Trabalho – J3 e a empresa é assessorada pelo Gabinete Jurídico e de Contencioso da CARRIS.

24 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos que originassem ajustamentos às demonstrações financeiras.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

10. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

De acordo com a aplicação dos princípios de bom governo e no âmbito da aplicação do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de Outubro, as empresas públicas estão obrigadas a apresentar, anualmente, um relatório autónomo de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo capítulo II do referido Decreto-Lei, sob epígrafe “Princípios de Governo Societário”.

A Carrisbus, S.A., em cumprimento do disposto no artigo 54º do referido diploma, elabora um relatório autónomo de governo societário referente ao ano de 2016.

Para além da informação sobre o governo da sociedade, que consta do documento acima mencionado, a Carrisbus, S.A. irá disponibilizar esta informação no sítio eletrónico em construção da empresa e na intranet.

No cumprimento do Decreto-Lei 133/2013 de 3 de Outubro e do Ofício-Circular nº 1269 de 27 de Fevereiro de 2017 da Sr.^a Diretora da Direção Geral do Tesouro e Finanças evidencia-se de seguida o cumprimento das orientações legais, nomeadamente:

a) Objetivos de Gestão:

De acordo com o Plano de Atividades e Orçamento da Carrisbus, S.A. para o ano de 2016, que mereceu o acordo da administração da empresa, foram fixados objetivos estratégicos para esse ano, objetivos esses que foram controlados ao longo do ano, por um sistema de controlo orçamental implementado na plataforma SAP/Carrisbus, S.A.. O Orçamento, bem como os indicadores de gestão, foram analisados mensalmente nas reuniões do CA/Carrisbus, S.A., tendo-se verificado, no período em análise, um resultado global inferior ao expectável. De seguida encontra-se o mapa comparativo entre o real e o orçamentado para o ano 2016:

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS COMPARATIVA ENTRE REAL E
ORÇAMENTADO - 2016**

RENDIMENTOS E GASTOS	2016			
	ORÇAMENTO	REAL	DESVIO	%
Vendas e serviços prestados	10.238.910,73	9.578.767,47	-660.143,26	-6,4%
Subsídios à exploração			0,00	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			0,00	-
Variação nos inventários da produção		18.158,29	18.158,29	-
Trabalhos para a própria entidade			0,00	-
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-3.646.883,56	-3.217.285,50	429.598,06	-11,8%
Fornecimentos e serviços externos	-2.180.595,08	-2.634.348,33	-453.753,25	20,8%
Gastos com o pessoal	-4.177.495,26	-3.588.948,75	588.546,51	-14,1%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		-2.247,13	-2.247,13	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			0,00	-
Provisões (aumentos/reduções)			0,00	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)			0,00	-
Aumentos/reduções de justo valor			0,00	-
Outros rendimentos e ganhos	80.000,00	60.603,31	-19.396,69	-24,2%
Outros gastos e perdas	-6.000,00	-55.573,58	-49.573,58	826,2%
				-
Resultado antes de depreciações, gastos de financ. e impostos	307.936,83	159.125,78	-148.811,04	-48,3%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-48.612,50	-20.673,70	27.938,80	-57,5%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			0,00	-
Resultado operacional (antes de gastos de financ. e impostos)	259.324,33	138.452,08	-120.872,24	-46,6%
Juros e rendimentos similares obtidos			0,00	-
Juros e gastos similares suportados			0,00	-
Resultado antes de impostos	259.324,33	138.452,08	-120.872,24	-46,6%
Imposto sobre o rendimento do período	-59.852,00	-31.954,71	27.897,29	-46,6%
Resultado líquido do período	199.472,33	106.497,37	-92.974,95	-46,6%

b) Gestão do Risco Financeiro:

No cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento definidos para 2016, a empresa ficou abaixo dos limites fixados pelo Governo, no despacho nº 155/2011 – MEF de 28 de Abril.

Anos	2016	2015	2014	2013	2012
Encargos Financeiros (€)	0,00	0,00	0,00	0,00	276,30
Taxa Média de Financiamento (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,99%

A empresa não recorreu nos últimos quatro anos a qualquer tipo de financiamento externo nem tiveram lugar quaisquer aumentos de capital.

c) Prazo Médio de Pagamentos:

Em 2016, a empresa desenvolveu esforços para se aproximar do prazo de pagamento pretendido (60 dias).

PMP	2016	2015	Variação 2016/2015	
			Valor	%
Prazo (dias)	76	72	4	5,56%

d) Dívidas Vencidas:

No cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 65A/2011 de 17 de Maio, evidenciam-se de seguidas os valores em dívida após vencimento, á data de 31.12.2016:

Dívidas Vencidas (€)	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1.º DL 65-A/2011 (€)				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. De Bens e Serviços	83.216,09	7.983,60	24,40	792,81	9.394,16
Aq. De Capital	-	-	-	-	-
Total	83.216,09	7.983,60	24,40	792,81	9.394,16

e) Recomendações do Acionista:

Não foram apresentadas quaisquer recomendações por parte do Acionista.

f) Remunerações:

A empresa tem dado cumprimento às orientações sobre remunerações, para as empresas públicas:

- Não foram efetuadas atualizações das tabelas salariais e foi aplicado o disposto na Lei n.º 159-A/2015 de 30 de Dezembro.

- Não foram atribuídos prémios de gestão no ano de 2016, aos membros dos Órgão de Administração, nos termos do artigo 38º da Lei 159-A/2015, de 30 de dezembro.

Dos Órgãos Sociais:

• Mesa da Assembleia Geral:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2016 (€)			
				Bruta (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)- (2)+(3)
2016/2018	Presidente	Dr. Manuel Antunes Vicente	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
2016/2018	Secretária	Dr.ª Elisa Cristina Teixeira Cardoso	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

NOTA: funcionários da Carris, S.A. sem remuneração estabelecida na Carrisbus, S.A.

• Conselho de Administração:

(em funções até dia 07 de Janeiro de 2016)

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			Nº de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2015/2016	Presidente	Eng.º Rui Lopes Loureiro	AG	27.02.2015	Sim	CCFL, S.A.	O	1
2015/2016	Vogal	Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	AG	27.02.2015	Sim	CCFL, S.A.	O	1
2015/2016	Vogal	Dr. José Rui Roque	AG	27.02.2015	Sim	CCFL, S.A.	O	1

Legenda: (1) - Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

Nota: OPRLO - Opção pela remuneração do lugar de origem; O/D: Origem/Destino

(em funções após dia 07 de Janeiro de 2016)

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			Nº de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2016/2018	Presidente	Eng.º Tiago Alexandre Abranches Teixeira Lopes Farias	DUE	08.01.2016	Sim	CCFL, S.A.	O	1
2016/2018	Vogal	Dr. José Realinho de Matos	DUE	08.01.2016	Sim	CCFL, S.A.	O	1
2016/2018	Vogal	Dr. António Manuel Domingues Pires	DUE	08.01.2016	Sim	CCFL, S.A.	O	1

Legenda: (1) - Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

Nota: OPRLO - Opção pela remuneração do lugar de origem; O/D: Origem/Destino

- Acumulação de Funções dos membros do Conselho de Administração:

Membro do CA (Nome)	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Eng.º Rui Lopes Loureiro	Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	Presidente	Público
	Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Soc. Unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.	Presidente	Público
	Metrocom – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Presidente	Público
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	Vogal	Público
	Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.	Vogal	Público
	Trem – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Vogal	Público
	Trem II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Vogal	Público
Dr. José Rui Roque	Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	Vogal	Público
	Metrocom – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Vogal	Público

Membro do CA (Nome)	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Eng.º Tiago Alexandre Abranches Teixeira Lopes Farias	Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	Presidente	Público
	Metrocom – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Presidente	Público
Dr. José Realinho de Matos	Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	Vogal	Público
	Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Soc. Unipessoal, Lda.	Gerente	Público
Dr. António Manuel Domingues Pires	Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	Vogal	Público
	Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Soc. Unipessoal, Lda.	Gerente	Público

Na Carrisbus, como entidade integrante do Grupo Carris, não são devidas quaisquer remunerações ou benefícios aos membros do Conselho de Administração. As despesas desta natureza com os administradores são encargos da Carris, S.A.

As viaturas de serviço utilizadas são também propriedade da Carris, pelo que a Carrisbus não regista quaisquer gastos desta natureza.

Os membros do Conselho de Administração não realizaram estadias em serviço pela Carrisbus, S.A. durante o ano de 2016.

Fiscalização:

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	N.º de inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Contratada	
2016/2018	Fiscal Único	João Cipriano & Associados, SROC, Lda/ Dr. João Amaro Santos Cipriano	ROC n.º 631	20161438	Ata AG Ordinária	22-07-2016	Sim	3

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

Legenda: (1) indicar AG / DUE / Despacho (D)

Nome	Remuneração Anual (€)			
	Bruto (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor após Redução (4) = (1) - (2) + (3)
João Cipriano & Associados, SROC, Lda / Dr. João Amaro Santos Cipriano	5.658,00€	-	-	5.658,00€

A Carrisbus, S.A. não recorreu a outros auditores externos durante o ano de 2016.

Restantes Trabalhadores:

Quadro de Pessoal	2012	2013	2014	2015	2016
Número de RH sem órgãos sociais	193	173	174	153	174
Número de cargos dirigentes sem O.S.	6	4	5	5	5
Número de órgãos sociais (CA, CF e MAG)	-	-	-	-	-
Gastos totais com pessoal	3.671.398,01	3.976.516,40	3.879.498,46	3.619.239,47	3.543.529,85
Gastos com Órgãos Sociais	-	-	-	-	-
Gastos com Dirigentes	318.228,80	294.268,80	433.564,21	433.863,61	417.233,45
Gastos com RH sem O.S. e sem Dirigentes	3.353.169,21	3.682.247,60	3.445.934,25	3.185.375,86	3.126.296,40
Rescisões / Indemnizações (€)	-	-	-	-	-

g) Estatuto do Gestor Público:

A Carrisbus cumpriu em 2016 o disposto nos artigos 32º e 33º do EGP, no que respeita á não utilização de cartões de crédito ou de outros instrumentos de pagamento, ao não reembolso de despesas de representação, ao não pagamento de despesas de comunicação e ao não pagamento de despesas com combustíveis das viaturas utilizadas..

h) Despesas não documentadas:

Não foram registadas em 2016 despesas não documentadas.

i) Princípio da Igualdade de Género:

A Carrisbus não dispõe de um relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens. Salientam-se no entanto as práticas existentes em matéria de igualdade de género existentes no grupo Carris e que a Carrisbus tem vindo a adotar.

j) Relatório Anual sobre Riscos de Corrupção:

Foi elaborado, em cumprimento das recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas para o exercício de 2016.

k) Contratação pública:

Quanto aos procedimentos adotados para a contratação de Empreitadas e Aquisições de Bens e Serviços, a Empresa cumpre as normas previstas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro. A Empresa avalia sempre a necessidade de contratar, antes de desenvolver os processos concursais, procedendo também à avaliação da realização face às estimativas.

Considerando que o processo de compras passa pela Central de Compras da Carris/Direção de Logística, esta tem aplicado todo o normativo de contratação pública e tem adesão ao sistema Nacional de Compras Públicas.

l) Sistema Nacional de compras Públicas:

A Carrisbus, através da Direção de Logística da Carris, procurou em 2016 e em conformidade com os anos anteriores, obter as melhores condições na aquisição de bens e serviços.

m) Frota Automóvel:

Verifica-se em 2016 uma ligeira redução no que se refere a gastos com os veículos que integram a frota de apoio operacional da Carrisbus.

	2015	2016
Nº Veículos	10	10
Gastos (€)	12.199,38	12.305,59
Conservação e Reparação	2.403,81	1.121,70
Combustível	5.508,81	5.473,01
Via Verde	50,25	70,70
Seguros	3.764,40	5.167,33
Impostos	472,11	472,85

n) Redução de Gastos Operacionais:

O quadro que se segue evidência a variação absoluta no que se refere à redução de gastos operacionais entre os anos de 2010 e 2016, que deve ser analisado tendo em conta determinados fatores como são o envelhecimento da frota e as alterações legais em termos salariais ocorridas durante esse período.

PRC	2016	2015	2014	2010	Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
	Exec.	Exec.	Exec.	Exec.	2016/2015		2016/2010	
(0) EBITDA (€)	159.125,78	362.635,08	115.126,45	126.050,82	-203.509,30	-0,56	33.074,96	0,26
(1) CMVMC (€)	3.217.285,50	3.114.822,77	3.298.598,60	2.473.048,12	102.462,73	0,03	744.237,38	0,30
(2) FSE (€)	2.634.348,33	2.245.973,21	2.258.984,52	1.429.134,47	388.375,12	0,17	1.205.213,86	0,84
(3) Gastos com pessoal (€)	3.588.948,75	3.578.577,95	3.879.498,46	4.521.745,70	10.370,80	0,00	-932.796,95	-0,21
(4) Indemnizações pagas por rescisão (€)	-	-	-	-	-	-	-	-
(5) Impacto da reversão das reduções remuneratórias (€)	-	-	-	-	-	-	-	-
(6) Gastos Operacionais (€) = (1)+(2)+(3)-(4)-(5)	9.440.582,58	8.939.373,93	9.437.081,58	8.423.928,29	501.208,65	0,06	1.016.654,29	0,12
(7) Volume de Negócios (€) a)	9.578.767,47	9.285.251,26	9.285.888,51	8.481.236,82	293.516,21	0,03	1.097.530,65	0,13
(8) Peso dos Gastos/VN (6)/(7)	0,99	0,96	1,02	0,99	0,02	0,02	-0,01	-0,01
Gastos com comunicações	5.848,79	11.691,53	10.556,28	9.601,85	-5.842,74	-0,50	-3.753,06	-0,39
Gastos com deslocações/alojamento	260,00	181,61	-	-	78,39	0,43	-	-
Gastos com ajudas de custo	1.159,87	401,60	89,35	376,50	758,27	1,89	783,37	2,08
Número total de RH	181	153	174	n.a.	28	0,18	n.a.	n.a.
Nº Órgãos Sociais (OS)	0	0	0	n.a.	0	0,00	n.a.	n.a.
Nº Cargos Direção (CD)	5	5	6	n.a.	0	0,00	n.a.	n.a.
Nº Trabalhadores (sem OS e CD)	176	148	168	n.a.	28	0,19	n.a.	n.a.
Nº Trabalhadores/Nº CD				n.a.	0	0,00	n.a.	n.a.
Nº Viaturas	10	10	10	n.a.	0	0,00	n.a.	n.a.
Gastos com viaturas (€)	11.921,56	12.782,01	13.461,47	n.a.	-860,45	-0,07	n.a.	n.a.

A variação positiva verificada em termos de gastos operacionais entre 2010 e 2016 deve-se essencialmente ao impacto dos FSE como resultado da redução do número de funcionários da empresa nesse período. A redução de cerca de 50 funcionários entre 2010 e 2015 (206 e 153, respetivamente), obrigou a empresa a recorrer a serviços externos. Apesar de terem decorrido ao longo do ano de 2016

Relatório e Contas de 2016

processos de contratação de novos funcionários (cerca de 30) o impacto destas ações só deverá ser visível no decorrer do exercício de 2017.

o) Princípio de Unidade de Tesouraria:

A Empresa procedeu à abertura de conta no IGCP, mesmo não tendo feito qualquer aplicação.

p) Auditorias Conduzidas pelo Tribunal de Contas:

A Carrisbus não foi alvo de auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas em 2016.

Cumprimento das Orientações Legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão / Planos de Atividade e Orçamento	x				De acordo com o Plano de Atividades e Orçamento para 2016 foram fixadas orientações estratégicas, consubstanciadas em objetivos, para esse ano, por um sistema de controlo orçamental implementado na plataforma SAP/Carrisbus, S.A.. O orçamento, bem como os indicadores de gestão, foram analisados mensalmente nas reuniões do CA/Carrisbus, S.A.
Gestão do Risco Financeiro	x				Os principais riscos são a forte dependência da Carris e a forte concorrência no mercado onde está inserida.
Limites de Crescimento do Endividamento	x				A empresa tem cumprido os limites de endividamento estabelecidos.
Evolução do PMP a fornecedores	x				O prazo médio de pagamentos foi genericamente cumprido pela empresa em 2016 sendo o prazo teórico estabelecido de 60 dias.
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x				A empresa tem dado cumprimento aos deveres especiais de informação a que está obrigada.
Recomendações do acionista na última aprovação de contas:			x		
Remunerações:	x				
Não atribuição de prémios de gestão	x				Não foram atribuídos prémios de gestão aos membros do Órgão de Administração entre 2010 e 2016.
Órgãos sociais - reduções remuneratórias vigentes em 2016			x		
Auditor Externo - redução remuneratória vigente em 2016	x				
Restantes trabalhadores - reduções remuneratórias vigentes em 2016	x				
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias nos termos art.º 38º da Lei 82-B/2014, prorrogada para 2016 pelo nº 1 do artigo 18º da Lei nº 7/2016 de 30 de Março.	x				
Artigo 32º e 33º do EGP					
Não utilização de cartões de crédito	x				
Não reembolso de despesas de representação pessoal	x				
Despesas não documentadas - nº 2 do artigo 16º do RJSPE e do artigo 11º do EGP					
Proibição de realização de despesas não documentadas	x				
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - nº 2 da RCM nº 18/2014					
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens		x			Ainda que não disponha de um relatório com evidência das boas práticas em matéria de igualdade de género, a Carrisbus tem procurado seguir as medidas adotadas pelo grupo Carris.
Contratação Pública					
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	x				Quanto aos procedimentos adotados para a contratação de Empreitadas e Aquisições de Bens e Serviços, a empresa cumpre as normas previstas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro. A empresa avalia sempre a necessidade de contratar, antes de desenvolver os processos concursais, procedendo também à avaliação da realização face às estimativas.
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas			x		
Contratos submetidos a visto prévio do TC			x		
Auditorias do Tribunal de Contas			x		
Parque Automóvel	x				
Nº de Viaturas	x				
Gastos com Viaturas	x				
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	x				
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28º do DL 1332013)	x				
Disponibilidades centralizadas no IGCP			x		
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em receita do Estado			x		

GRELHA REFERENTE ÀS PRÁTICAS DE BOA GOVERNAÇÃO SOCIETÁRIA

	Relatório de Governo Societário					Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	
I	Missão, Objetivos e Políticas					
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	x		x		2
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	x		x		2
3.	Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar.	x		x		2
4.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	x		x		2
II	Estrutura de Capital					
1.	Estrutura de capital	x		x		2
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.					Não aplicável.
3.	Acordos parassociais.					Não aplicável.
III	Participações Sociais e Obrigações detidas					
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.	x		x		3
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.					Não aplicável.
3.	A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades.					Não aplicável.
4.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.					Não aplicável.
5.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.					Não aplicável.
6.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses.	x		x		9
IV	Órgãos Sociais e Comissões					
A.	Mesa da Assembleia Geral					
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	x		x		3
2.	Identificação das deliberações acionistas.					Não aplicável.
B.	Administração e Supervisão					
1.	Modelo de governo adotado	x		x		3
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	x		x		3
3.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos.	x		x		3
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.	x		x		3
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	x		x		4
6.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.					Não existem.
7.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	x		x		8

Relatório e Contas de 2016

8.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.	x		x		9	
9.	Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão.						Não aplicável.
C.	Fiscalização						
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes.	x		x		9	
2.	Identificação dos membros da Fiscalização	x		x		9	
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	x		x		9	
4.	Funcionamento da fiscalização.	x		x		9	
D.	Revisor Oficial de Contas						
1.	Identificação do ROC, SROC.						Não aplicável.
2.	Indicação das limitações, legais.						Não aplicável.
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.						Não aplicável.
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.						Não aplicável.
E.	Auditor Externo						
1.	Identificação.						Não aplicável.
2.	Política e periodicidade da rotação.						Não aplicável.
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.						Não aplicável.
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.						Não aplicável.
V.	Organização Interna						
A.	Estatutos e Comunicações						
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis	x		x		10	
2.	Comunicação de irregularidades.						Não aplicável.
3.	Indicação das políticas antifraude.	x		x		10	
B.	Controlo interno e gestão de riscos						
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	x		x		11	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.						Não aplicável.
3.	Principais medidas adotadas na política de risco.	x		x		11	
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.						Não aplicável.
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.						Não aplicável.
6.	Identificação principais tipos de riscos.	x		x		11	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.	x		x		11	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.	x		x		11	
C.	Regulamentos e Códigos						
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	x		x		11	
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética.	x		x		17	
D.	Sítio de Internet						
	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	x		x		12	

VI	Remunerações					
A.	Competência para a Determinação					
	Indicação do órgão competente para fixar remuneração.					Não aplicável.
B.	Comissão de Fixação de Remunera.					
	Composição.					Não aplicável.
C.	Estrutura das Remunerações					
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	x		x		12
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	x		x		12
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.					Não aplicável.
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.					Não aplicável.
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.					Não aplicável.
6.	Regimes complementares de pensões.					Não aplicável.
D.	Divulgação das Remunerações					
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.					Não aplicável.
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.					Não aplicável.
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.					Não aplicável.
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.					Não aplicável.
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.					Não aplicável.
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.					Não aplicável.
VII	Transações com partes Relacionadas e Outras					
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas.	x		x		12
2.	Informação sobre outras transações.	x		x		12
VIII	Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental					
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	x		x		13
2.	Políticas prosseguidas.	x		x		13
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial: a) Responsabilidade social b) Responsabilidade ambiental c) Responsabilidade económica.	x		x		13
IX	Avaliação do Governo Societário					
1.	Cumprimento das Recomendações	x		x		17
2.	Outras informações	x		x		17

11. QUADRO SINTESE

Quadro síntese, com o grau de cumprimento dos princípios definidos no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de Setembro, que aprova o regime jurídico do sector público empresarial e que consagra os princípios do bom governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado.

Princípios do Bom Governo	Aplicado
Missão, objetivos e políticas da empresa.	Sim
Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita.	Sim
Informação sobre as transações relevantes com entidades relacionadas.	Sim
Informação sobre outras transações:	
a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços.	Sim
b) Lista dos principais fornecedores	Sim
Identificação do modelo de governo e dos membros dos órgãos sociais:	
a) Membros dos órgãos sociais e funções de responsabilidade,	Sim
b) Auditor externo	Sim
Remuneração dos órgãos sociais	Sim
Análise de sustentabilidade nos domínios económicos, social e ambiental:	
a) Estratégias adotadas	Sim
b) Grau de cumprimento das metas	Sim
c) Políticas prosseguidas para garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental	Sim
d) Principais fatores de risco inerentes ao negócio	Sim
e) Responsabilidade social	Sim
f) Desenvolvimento sustentável	Sim
g) Investigação, inovação e desenvolvimento e novas tecnologias	Sim
h) Planos de ação para o futuro	Sim
Decisões mais relevantes adotadas pelo Conselho de Administração no exercício de 2015	Sim
Cumprimento dos princípios de bom governo	Sim
Código de Ética	Sim
Sistema de controlo	Sim
Conflito de interesses	Sim

12. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

13. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO